

Desempenhou funções de Maio.95 a Dez.98 como assessor no Gabinete para os Assuntos Legislativos do Território de Macau, requisitado ao Ministério da Saúde.

As funções compreendiam a elaboração de estudos de natureza técnico-jurídica e de anteprojectos de diplomas legais, com acompanhamento dos trabalhos preparatórios do processo legislativo. Ocupou-se sobretudo de assuntos de direito administrativo e direito público, nomeadamente infracções contra a economia e saúde pública, processo tributário, expropriações por utilidade pública, regime jurídico das empreitadas de obras públicas, aquisições de bens e serviços e as matérias do regime jurídico aplicável aos trabalhadores da Administração Pública. Integrou o grupo interdisciplinar encarregue de ultimar o projecto do Código do Processo Tributário.

Em Jan.99 iniciou funções, como Director do Centro Educativo do Mondego, na Guarda, do Instituto de Reinserção Social, Ministério da Justiça, cargo que, após nomeação em comissão de serviço, precedendo concurso, exerce até ao presente. Exerceu ainda funções como Director do Centro Educativo dos Olivais, em Coimbra, do Instituto de Reinserção Social, em regime de substituição, de Abr. a Dez. de 2000.

Em Abr.2001, foi nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Vice-Presidente do mesmo Instituto de Reinserção Social, foi membro do Conselho de Gestão do IRS de Abr.2001 a Nov. 2002 e responsável, no âmbito das competências delegadas, pelo funcionamento da Divisão de Formação (DF), Divisão de Documentação e Informação Científica e Técnica (DICT), Divisão de Prevenção, Programas e Equipamentos (DPE) e Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspeção (DAJAI). De Jul. a Nov.2002 supervisionou o Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), que compreende a Divisão de Gestão e Administração Financeira (DIGAF) e a Divisão de Gestão e Administração do Património (DIGAP), e a unidade funcional de Infra-estruturas e Obras. Foi ainda nomeado em Out.2001, pelo SEJ, substituto do Presidente do IRS

Nomeado, em Jul. de 2001, pelo Secretário de Estado da Justiça (SEJ), representante nacional do programa de iniciativa e financiamento comunitário Hippocrates, para projectos públicos e privados na área da prevenção criminal, em curso até Dez.2002.

Outros elementos relevantes:

Publicou na Revista da Associação dos Advogados de Macau, em número dedicado a matérias de direito do ambiente e urbanismo, um artigo sobre “Direito de propriedade e jus aedificandi”, Revista da Associação dos Advogados de Macau, ano I, n.º 3, 1996.

Vogal do Conselho Jurisdicional da Associação de Patinagem de Lisboa durante o biénio 1993-1995.

Como formando, frequentou e participou em acções de formação, cursos, conferências e iniciativas similares, sobre as seguintes matérias: estrutura jurídica da empresa, bases da actividade financeira nos serviços de saúde, gestão orçamental pública, gestão por projectos, estatuto disciplinar, direito da saúde e bioética, responsabilidade dos profissionais de saúde, contabilidade para pessoal inspectivo, gestão por objectivos, Administração Pública, os direitos e os deveres dos trabalhadores, gestão pública e reforma da contabilidade pública, auditoria estatal, estrutura e funcionamento das instituições comunitárias e aspectos fundamentais do direito comunitário, auditorias de gestão em hospitais, Código do Procedimento Administrativo de Macau e a reforma e codificação do Procedimento Administrativo na RP da China, contencioso administrativo e formação estratégica para dirigentes bem como outras matérias relevantes para a área de intervenção da reinserção social.

Como formador do Instituto Politécnico de Macau (IPM), orientou cursos de formação organizados em colaboração com os SAFF, Serviços de Administração e Função Pública, para pessoal dirigente, chefias e técnicos superiores sobre os seguintes temas: sistema de organização administrativa; princípios fundamentais e regras do procedimento administrativo; regime jurídico da função pública, direitos e deveres dos trabalhadores e Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração.

A convite do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tem leccionado desde 2001 nos cursos de pós-graduação em Protecção de Menores sobre o sistema de execução de medidas tutelares em contexto institucional.

Sobre a mesma matéria, participou em cursos ou acções de formação de outras entidades, como a Universidade da Beira Interior, Faculdade Direito da Universidade do Porto e Centro de Estudos Judiciários.

Foi membro de júri como presidente, vogal efectivo e vogal suplente de diversos concursos de recrutamento de pessoal dirigente, técnico superior e pessoal técnico-profissional.

Despacho (extracto) n.º 905/2009

Por meu despacho de 2008.12.17:

Licenciada Jacinta Lúcia Catarino Lopes, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social, para a mesma categoria, escalão e índice, ficando exonerada do lugar de origem, com efeitos a 2008.12.01.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 906/2009

Por meu despacho de 30 de Setembro de 2008, no uso de competência delegada, foi autorizado à auxiliar administrativa, Maria de Fátima Gomes Costa o reinício de funções por tempo indeterminado na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, em lugar vago, com afectação ao Estabelecimento Prisional de Porto, precedendo procedimento de selecção de pessoal, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 2 de Junho de 2008. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 907/2009

Por meu despacho de 13 de Abril 2007, no uso de competência delegada, foi José António Santos Costa Rodrigues, técnico superior de 1.ª classe de reinserção social, da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro do Instituto de Reinserção Social, transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reeducação, com efeitos a 22 de Janeiro de 2007, ficando exonerado do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 908/2009

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Ministro da Justiça, de 1 de Agosto de 2008, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Emanuel Fernandes Ramos, da qual foi notificado em 18 de Agosto de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 909/2009

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Ministro da Justiça, de 1 de Agosto de 2008, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Aires Manuel Lopes Ornelas, da qual foi notificado em 27 de Agosto de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 910/2009

Considerando que a assessora principal da carreira técnica superior, Edi Vieira da Luz Gomes do quadro de pessoal do extinto Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional, optou pelo provimento automático no quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, por despacho de 2 de Setembro de 2008, da Directora-Geral dos Serviços Prisionais foi o mesmo autorizado, em lugar a criar e a extinguir quando vagar, nos termos dos n.º 9 e 13 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 9 do artigo 12.º do mesmo diploma, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, com efeitos a 28 de Agosto de 2008.

15 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.